

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho 37: Violência, corpo e sexualidade: estudos feministas de  
gênero e/ou raça

**Gênero e dominação simbólica: um estudo dos processos de violência  
simbólica que precederam violências físicas contra as mulheres**

Uianã Cordeiro Cruvinel Borges

Universidade Federal de Goiás

## **Gênero e dominação simbólica: um estudo dos processos de violência simbólica que precederam violências físicas contra as mulheres**

**Resumo:** O Brasil apresenta, historicamente, uma alarmante taxa de violência contra a mulher, mesmo com a existência recente de leis como a Lei Nº 11.340, a chamada Lei Maria da Penha, e a Lei Nº 13.104 que tipifica o Femicídio. A relação entre os processos legais punitivos e a proteção social da mulher não é de efeito imediato ou absoluto, apesar de imprescindível. Neste sentido a discussão sobre a violência contra as mulheres é muito mais ampla, como demonstra a vasta produção teórico-prática do feminismo. Partimos da convicção de que um dos desafios postos para as feministas deste novo milênio, enquanto agentes ativos de transformação social, é justamente o de descortinar e desnaturalizar esses processos violentos e, em específico, as violências contra a mulher no campo simbólico, tão silenciadas e difíceis de serem identificadas. Assim, propomos uma discussão sobre os processos de violência de gênero, com enfoque nos processos de violência simbólica estruturais e fundantes das diversas manifestações de violência contra as mulheres e, em especial, naquelas vítimas de violência física.

**Palavras-chave:** gênero, violência, mulheres.

A natureza e a gênese da dominação e opressão social das mulheres passa, em grande medida, pelo invisível, pelo poder simbólico. Para Bourdieu (2007) o poder simbólico é o poder “mais completamente ignorado e, portanto, reconhecido”. Essa invisibilidade o levaria, segundo o autor, a “ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 2007; 8). Ora, se Bourdieu é preciso ao definir os contornos do que é o poder simbólico, lhe escapa a exatidão ao imputar ao dominado a cumplicidade da dominação. É a natureza discreta e invisível que permite o poder simbólico perpetuar sua dominação, não a pretensa conivência do dominado e, em especial, no que tange a violências estruturais, como a violência contra as mulheres.

A dominação e opressão das mulheres vem sendo discutida, desvendada e desnaturalizada pelos estudos feministas, o que demonstra a ação transformadora do dominado, não sua cumplicidade. As mulheres no feminismo, e a partir dos feminismos, são agentes ativos no processo de desconstrução/desnaturalização da dominação, que tem por característica histórica a resiliência. É indiscutível o fato de que a mudança social é infinitamente mais difícil que a mudança biológica. Portanto, a mudança na cosmovisão do que é uma “mulher” e do poder – perpetuado pela violência simbólica – é a mais iminente mas a mais difícil de ser operacionalizada, justamente por seu aspecto simbólico.

Ao tratar esses aspectos sociais dos símbolos e seus poderes Bourdieu apresenta uma função política (que em nada se insere na tradição do estruturo-funcionalismo) dos sistemas simbólicos na teoria marxiana e os inscreve nos interesses das classes dominantes. Os sistemas simbólicos como o mito, a língua, a arte e a ciência, como, e em oposição, a ideologia compõem-se como produção e apropriação coletiva, apresentada como interesse universal, comum ao conjunto do grupo. A ciência, sob a visão do poder simbólico, por exemplo, constitui-se num campo de produção simbólica construído por especialistas e no qual está em jogo “o monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU, 2007;12) é apropriada coletivamente e apresentada como universal. A ciência biológica como campo de produção simbólica deve ser escrutinada em algumas de suas categorias que se constituíram, historicamente, como ferramentas de opressão de gênero, como a divisão binomial dos sexos.

Até o final do século XVIII e início do século XIX o pensamento científico, de gênese grega, considerava a mulher como um homem invertido e inferior. Thomas Laqueur em *Inventando o Sexo - Corpo e Gênero dos Gregos a Freud* demonstra que esse modelo do sexo único perdurou até a revolução francesa na qual o modelo dos dois sexos foi desenhado para que os ideários republicanos igualitários tivessem expressão, além dos estudos de anatomia que refutaram aquela noção e classificaram a natureza humana pelo binarismo: homem/mulher. Assim, a biologia inicia uma construção paradigmática das “diferenças sexuais” que se transforma numa obsessão cultural. Estabelece-se

aí, baseada em toda legitimidade da ciência, um campo de produções sociais simbólicas do feminino e do masculino.

A década de 1970 é um marco na construção das discussões feministas acerca desse paradigma das diferenças sexuais, com a crítica da cisão entre cultura e natureza. Neste período constrói-se uma espécie de “antropologia da mulher” na qual as definições determinísticas do sexo biológico são amplamente questionadas. Em 1975, Gayle Rubin escreve *The Traffic in Women: notes on the political economy of sex* onde discute os contornos do que é sexo aproximando-o do contexto social. “Precisamos estudar cada sociedade para determinar os mecanismos exatos pelos quais são produzidas e mantidas convenções particulares sobre a sexualidade” (Rubin, 1993;11).

Rubin categoriza as trocas de mulheres, na teoria de Lévi-Strauss, como “signo” e “mercadoria”, na teoria marxiana, sendo as mulheres as trocadas e aqueles que fazem as trocas os possuidores dos direitos de troca. Rubin indica essas trocas, que fundam o parentesco, como mecanismos de transformação de machos e fêmeas em homens e mulheres. Essa transformação seria a gênese das construções de gênero. “Gênero é uma divisão dos sexos socialmente imposta. É um produto das relações sociais de sexualidade” (Rubin, 1993;11). O refinamento da elaboração de Rubin chega a definição dos “sistemas sexo/gênero”. A configuração do “sistema sexo/gênero” pode ser definida como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”. Rubin parte do sexo para a construção do social. O biológico ainda é o ponto de partida da análise.

O “tráfico de mulheres” de Rubin aponta os corpos femininos como objetos sociais comercializados pelas regras do parentesco que instituem o gênero e a sexualidade, pelo tabu do incesto, à partir das práticas sexuais que são ou não permitidas, das pessoas que são ou não permitidas aderirem aquelas práticas – da conformação da família e da sexualidade. Para as feministas radicais, à partir da década de 1960, a desconstrução da dominação passa, necessariamente, pelo fim da família heterossexual normativa, pelo fim do casamento, pelo fim do contrato sexual do casamento. Essas instituições são tão fortes justamente por instituírem por uma via social, regras e normas que terão uma elaboração

psíquica, lenta e longa, que se produz e reproduz pelo poder e pela violência simbólica. Nesse sentido, o processo de produção de conhecimento científico, auxilia a conformação das elaborações psíquicas-simbólicas de outras áreas da vida social humana como os mitos, a língua e a arte e a sexualidade conformando arranjos sociais de representação do feminino em que este se torna produto, dominado e sujeito.

No avanço à crítica do paradigma da diferença sexual Christine Delphy e outras feministas francesas materialistas invertem a análise e afirmam que o “gênero precede o sexo”. Numa discussão à partir das teorizações de Margareth Mead, Delphy acredita que a categoria “sexo” não deveria, como foi, ser o ponto e partida das análises feministas e/ou da psicanálise. Na verdade sexo é onde deve-se chegar à partir da análise social do gênero. Assim, Delphy preconiza uma sociedade fundada no paradigma da igualdade sexual: uma sociedade em que as diferenças sexuais são minadas, assim como a dominação. A diferença sexual é em si a marca da hierarquia. Macho e fêmea são designações de dominante e dominado, respectivamente.

Delphy constrói uma crítica ao estruturalismo de Lévi-Strauss e Saussure relativa aos dualismos das teorias, bem como a Derridá, para o qual tudo se define pelo oposto. Essa crítica aos dualismos de oposição funda-se na percepção de que a diferença é capaz de naturalizar a relação hierárquica entre homens e mulheres em sociedade. A categoria de gênero, para Christine Delphy, precede o sexo, assim, os signos do pênis e da vagina seriam a marca dos dominantes e dominados, respectivamente, e não o contrário.

That sex it self simply marks a social division; that it serves to allow social recognition and identification of those who are dominants and those who are dominated. That is, that sex is a sign, but that since it does not distinguish just any old thing from anything else, and does not distinguish equivalent things but rather important and unequal things, it has historically acquired a symbolic value. The symbolic value of sex has certainly not escaped the theoreticians of psychoanalysis. But what has entirely escaped them is that this should be one of the final *conclusions* of a long progression: the point of arrival and not of departure. Unfortunately, this blind spot is one that many feminists share with psychoanalysts (DELPHY, 1996;45).

Neste sentido o poder simbólico da diferença sexual deve ser o ponto de partida e não o ponto de chegada da análise da dominação e opressão das mulheres, nessa perspectiva. Neste sentido a discussão feminista que parte da cisão entre natureza e cultura muda seu rumo para uma discussão exclusivamente do social, posto que, sexo e gênero são, ambas, categorias inscritas no âmbito social. Assim o processo de questionamento se desloca exclusivamente para o aspecto social. Para Monique Wittig (2006; 22)

la ideologia de la diferencia opera en nuestra cultura como una censura, en la medida en que oculta la oposición que existe en el plano social entre los hombres y las mujeres poniendo a la naturaliza como su causa. Masculino/femenino, macho/hembra son categorías que sirven para disimular el hecho de que las diferencias sociales implican siempre un orden económico, político e ideológico. Todo sistema de dominación crea divisiones en el plano material y en el económico. Por otra parte, las divisiones se hacen abstractas y son conceptualizadas por los amos y más tarde por los esclavos cuando éstos se rebelan y comienzan a luchar. Los amos explican y justifican las divisiones que han creado como el resultado de diferencias naturales. Los esclavos, cuando se rebelan y comienzan a luchar, interpretan como oposiciones sociales esas presuntas diferencias naturales.

Assim, diferentemente de Gayle Rubin, as feministas materialistas francesas, como Mathieu, Wittig e Delphy, rechaçam a ideia de diferença sexual, por seu conteúdo naturalista, essencialista. Para estas feministas a diferença que precede a hierarquia, fundada na noção de que o sexo é anterior à hierarquia, deve ser abolida. Suas perspectivas são igualitaristas. A hierarquia da divisão precisa ser superada num projeto de sociedade igualitária. A hierarquia funda a diferença, a divisão do feminino e do masculino funda a hierarquia, bem como, a noção de complementaridade – seja dos equipamentos físicos, de comportamentos ou de sentimentos, dos sexos que funda a heterossexualidade obrigatória.

Essa posição é assumida também como contraponto às teorias das ciências sociais clássicas onde todas as relações são sociais, a exceção das relações de sexo – essa “categoria do natural”. Essa construção é evidente em Karl Marx, que revoluciona a análise das relações sociais de trabalho mas parte de uma naturalidade das relações de sexo. Assim, a categoria de sexo não se

compõe como a categoria de classe social, por exemplo em Marx, já que sexo é uma categoria biológica e classe uma categoria histórico-social. Sexo, enquanto categoria analítica, passa pela fundação da sociologia como uma categoria não problematizada.

As teoria sócias seguem este espectro, como a teoria dos papéis sociais de Talcott Parsons, que imprime o silenciamento da categoria de sexo. A teoria dos papéis tem desdobramentos na questão de gênero. Os papéis sociais instituem o comportamento possível. Ao pensarmos os papéis sociais de gênero fica evidente que o custo para as mulheres de representação desses papéis sociais é muito maior que para os homens. Na construção da norma dos papéis sexuais, alguém vai concordar com (e conformar) todos os dispositivos ali encerrados e outros sujeitos sociais terão que renunciar a várias perdas - nesse caso as mulheres, e o farão felizes porque há um prêmio à sua espera, dada a função recíproca dos papéis: a maternidade. Na teoria dos papéis os limites da norma são complementares, assim não haveria nenhum tipo de tensão compreensível porque as mulheres teriam “tudo”. O domínio, nessa perspectiva, é necessário e complementar de tal forma que as mulheres não perderiam nada, elas sempre teriam o seu lugar.

*A mística feminina* de Betty Friedan é o resultado de um “mal estar” de mulheres estadunidenses, brancas, de classe média. Um livro que aponta um “problema que não tem nome” – *the problem that has no name*. Esse problema que não tem nome são essas renúncias parsonianas que as mulheres que tiveram que fazer (no pós-guerra, para construção de famílias perfeitas, por exemplo) mas que transformaram-se em sofrimento em determinado momento. Assim o arranjo binário da heterossexualidade atrelado às conformações de gênero compõe-se num marco da limitação das possibilidades de arranjos eróticos, bem como, dos arranjos do amor e da reprodução, na divisão dos papéis como complementares e de manutenção da humanidade.

Já no final dos anos 80 surgem os textos de Joan Scott, Judith Butler e Donna Haraway que pretendem a desconstrução das noções de “sistemas sexo-gênero”. A crítica a estes sistemas sexo-gênero é que eles são apresentados sempre de forma neutra. Por exemplo, para Rubin, o patriarcado é uma categoria politizada, não os sistemas sexo-gênero. Para Preciado (2011;11) a terminologia

“sexopolítica” é a mais adequada para a discussão de sexo, pois comporta aspectos adicionais como a política e o controle, definindo-se como “uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo [... onde] o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre os sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida”.

### **Gênero e dominação simbólica**

A década de 1990 foi de profunda reflexão sobre o conceito de gênero e o paradigma da diferença sexual. Em 1990 Judith Butler publica a obra *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*. Problemas de gênero pode ser considerada uma obra sobre a teoria da ação na medida em que se debruça sobre os processos de conformação da dominação, dos corpos e do *self*. No prefácio à edição inglesa, de 1999, Butler define gênero como uma série de atos, em suas palavras, “*gender is performative sought to show that what we take to be an internal essence of gender is manufactured through a sustained set of acts, posited through the gendered stylization of the body*” (Butler, 2002, p.xv). Essa estilização dos corpos passa, invariavelmente, pela heterossexualidade compulsória e pelo falocentrismo.

Neste sentido a produção dos corpos pela estilização de gênero reitera a primazia social dos comportamentos entre os sexos mas avança ao incluir o próprio sexo, enquanto corpo, na esfera do histórico, do social. Essa é a primeira discussão que Butler apresenta: o feminismo não deve tomar o cultural como uma capa do sexo biológico ao definir gênero. Antes, o próprio sexo é resultado das estilizações de corpos generificados. Neste sentido a crítica se dá a um estruturalismo de gênero que, à partir das formulações de Beauvoir, que influenciaram largamente as reflexões feministas sobre o tema. A capa social que reveste o sexo em Beauvoir é descortinada por Butler ao demonstrar um essencialismo biológico presente naquela análise. Gênero enquanto capa cultural que promove a dominação pode ter sido um avanço no pensamento e na práxis feminista mas guardou uma armadilha: a essencialização invisível do sexo. Essa armadilha dicotômica entre sexo e gênero, aquele representando o



essencial biológico, e este a cultura resulta no fato de que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como pré-discursivo, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (Butler, 2016, p.27).

O sexo enquanto pré-discursivo estaria em processo de dominação por meio do patriarcado ou da maternidade compulsória, nesta visão. Butler inverte o argumento estruturalista. Não há qualquer essência no sexo. Sexo é resultado estilístico das construções de gênero, com a particularidade de ter sido naturalizado/essencializado historicamente, tanto pelo paradigma biologicista quanto pelos próprios cânones das ciências sociais, no que concerne ao conhecimento científico. Assim o estruturalismo de gênero produz a ambiguidade de historicizar a opressão das mulheres dando-lhes argumentos emancipatórios e sustentar posturas sexualmente determinísticas.

Mas em fim qual seria o *gender trouble* para Butler? A ausência de deslocamento das estruturas binárias (o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória) da construção de gênero. A permanência deste modelo binário, de origens filosóficas gregas, causaria problema para a concepção do gênero por permanecerem no eixo identitário. A subversão das identidades por meio das paródias de gênero seria uma alternativa. Já que gênero não é apenas o conjunto das estilizações de corpos, mas o ato em si de estilizar, a subversão das identidades de gênero por meio da parodização destes constituiria infinitos novos gêneros que redefiniriam o eixo binário de constituição corporal. Neste sentido processos simples como a utilização de smokings por mulheres, a maternidade para casais gays, o espaço do “*care*” para os homens, produziriam e recriariam novas relações sociais, assim como, a produção da sexualidade fora o eixo heterossexual falocêntrico. Butler alerta para o fato de que a performance deve ser pensada enquanto ação que produz discursos identitários transitórios elaborados performaticamente, por seu caráter volúvel, nas diferenciações sexuais, caso contrário, a própria subversão da identidade pode se tornar tirânica.

Já em 1992, Monique Wittig publica o livro *The Straight Mind and Other Essays*, no qual apresenta uma densa discussão sobre a heterossexualidade

compulsória, suas construções e consequências, à partir de uma perspectiva marxiana. Sua pretensão era pautar a discussão sobre a superação do contrato sexual, da reprodução compulsória e da divisão sexual do trabalho pensando a legitimidade dos conhecimentos e suas representações, bem como o poder normativo e opressor dessas construções performáticas de legitimidade. Para Wittig o paradigma da diferença sexual, que funda o conceito original de gênero, por seu conteúdo naturalista, essencialista, deve ser superado. A formulação dos sistemas sexo/gênero fundamenta-se na noção de sexo enquanto categoria biológica a priori e na “divisão natural do trabalho em família” que precede a cultura ou a ordem social. Assim, o que cria o gênero e o sexo são as categorias opostas, as diferenças percebidas como oposição que fazem nascer a opressão que, por sua vez, produz a heterossexualidade. A crítica a estes sistemas binários de sexo/gênero é que eles são apresentados sempre de forma neutra. Por exemplo, na teoria de Rubin, o patriarcado é uma categoria politizada, não os sistemas sexo-gênero. Este contexto binário, oposto e hierárquico constituinte da categoria de gênero deve ser desconstruído até que este esteja tão desacreditado que seja refeito, reconstruído. Joan Scott (1995) também foi fundamental na situação do conceito de gênero através da publicação de seu texto intitulado “*Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica*”, no qual concebe gênero como “forma de organização social da diferença sexual”.

### **Bourdieu, poder simbólico e a Dominação Masculina**

A história das construções teóricas feministas<sup>1</sup> demonstra um árduo processo de construção de si, já que as mulheres são elas mesmas sujeitos e objetos do pensamento. O ardil encontra-se, em grande medida, nos processos de violência simbólica. Os sistemas simbólicos como o mito, a língua, a arte e a ciência, como, e em oposição, a ideologia compõem-se como produção e apropriação coletiva, apresentada como interesse universal, comum ao conjunto do grupo. A ciência, sob a visão do poder simbólico, constitui-se num campo de

---

<sup>1</sup> Não há pretensão neste estudo de uma genealogia ou a construção histórica das produções feministas. Apenas a utilização de categorias centrais para o desenvolvimento da teoria e da práxis do feminismo ocidental.

produção simbólica construído por especialistas e no qual está em jogo “o monopólio da violência simbólica legítima” (Bourdieu, 2007, p.12) é apropriada coletivamente e apresentada como universal.

Em sua sociologia Bourdieu destaca os processos sutis e silenciosos da dominação enquanto poderes simbólicos. Estes poderes, incorporados e corporificados nos indivíduos, constituem um processo de socialização fortemente marcado pelas noções de habitus e *campo*. Estas noções são fundamentalmente relacionais e conformam-se no sentido de dirimir o clássico problema sociológico da dicotomia indivíduo/sociedade ou ainda da subjetividade/objetividade. No entanto Bourdieu, ao publicar *A dominação masculina* (2012) além de silenciar todo o processo de construção teórica do feminismo incide em vários erros analíticos que as teorias feministas já refutavam.

O principal equívoco de análise é a utilização reiterada de pares de oposição explicativos do mundo. Os binarismos, enquanto lógicas de explicação da cosmovisão humana, constituem uma lógica ocidental que não abarcaria, como pretendeu Bourdieu, uma explicação universal da dominação masculina. Essa "lógica ocidental" que textos recentes de teóricas ou antropólogas feministas têm se empenhado em exorcizar: uma lógica que utiliza por suporte pares de oposição como cultura/natureza, sujeito/objeto, público/privado, nós/outros e, por fim, masculino/feminina e que poderia ser lida, assim, como produto exemplar dessa lógica, por oposição à "lógica do dom" (Corrêa, 1999;43). Neste sentido torna-se imperativo lembrar da antropóloga feminista Marilyn Strathern “que em *The gender of the gift— problems with women and problems with society in Melanesia* [...] oferece uma cerrada argumentação contra a utilização desses pares de oposição derivados de "nossa" lógica para analisar outras sociedades e, particularmente, as sociedades da Melanésia, às quais a lógica do dom é tradicionalmente associada” (Corrêa, 1999;43). Neste sentido a etnografia não poderia ser tomada como uma genealogia universal da dominação. Não há, como pretendia a obra de Bourdieu, uma explicação universal para a dominação masculina. Se pensarmos que os habitus dependem dos campos sociais específicos de vivência e corporificação das regras fica impossível pensar um habitus universal de dominação de gênero.

## Considerações Finais

Contemporaneamente a discussão sobre gênero, além de pretender a superação do gênero enquanto categoria binária, passa pelo seguinte questionamento: gênero é atravessado pela diferença de classe (e outras subalternidades) ou a classe é dividida em gênero? Essa perspectiva de consubstancialidade das relações sociais, que abarcaria subalternidades diversas, não apenas a das mulheres (e, claramente, não há unidade, nem mesmo nessa personalidade política “mulher”) mas também a de classe, raça e sexualidade, poria fim nas distinções da categorização de gênero?

Nas formulações feministas estadunidenses, como no sistema sexo/gênero de Rubin, a categorização de gênero é central para aquilo que concerne as construções e classificações à partir de sistemas de diferença. Se pensarmos numa história política das palavras, assim como na formulação marxiana e a naturalização das relações de sexo, os sistemas de diferença são também marcados pelo essencialismo biológico. Este processo é contestado pelos feminismos modernos que refutam o binarismo essencialista dos sistemas sexo/gênero introduzindo categorias consubstanciais como raça e classe. “Os significados compartilhados das categorias raciais e sexuais de gênero apontam para as histórias modernas das opressões coloniais, racistas e sexuais entrelaçadas nos sistemas de produção e inscrição do corpo e seus consequentes discursos libertários e de oposição” (Haraway, 2004, p.209).

“Gênero” foi desenvolvido como uma categoria para explorar o que significa “mulher”, para problematizar o que era anteriormente dado. Se as teorias feministas de gênero partiram da tese de Simone de Beauvoir de que não se nasce mulher, com todas as conseqüências dessa percepção, à luz do marxismo, da psicanálise e da antropologia, para a compreensão de que qualquer sujeito inteiramente coerente é uma fantasia, e que a identidade pessoal e coletiva é precária e constantemente socialmente reconstituída, então o título do provocativo livro de Bell Hooks, evocando a grande feminista e abolicionista negra do século dezenove, Sojourner Truth, *Ain't I a woman* [Não sou mulher?], está carregado de ironia, já que a identidade de “mulher” é simultaneamente exigida e desconstruída. A luta sobre os agentes, as memórias

e os termos dessas reconstituições é o coração da política feminista de sexo/gênero (Haraway, 2004; 245).

Para Beatriz Preciado a terminologia “sexopolítica” é a mais adequada para a discussão de sexo, pois comporta aspectos adicionais como a política e o controle, definindo-se como “uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo [... onde] o sexo (os órgãos chamados “sexuais”, as práticas sexuais e também os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre os sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida” (Preciado, 2011; 11).

Boa parte da teoria feminista mais provocativa dos últimos vinte anos insistira nas relações entre sexo e raça de maneira a problematizar as dores do parto do sistema de sexo/gênero num discurso mais focalizado no entrelaçamento de gênero e classe. Muito raramente a teoria feminista juntou analiticamente raça, sexo/gênero e classe – apesar das melhores intenções, das palavras de ordem dos autores e das observações nos prefácios de livros. Além disso, as feministas têm tanta razão em argumentar a favor de um sistema de raça/gênero quanto no argumento de um sistema de sexo/gênero, e os dois não são o mesmo tipo de movimento analítico. E o que aconteceu com classe? Cresce a evidência da necessidade de uma teoria da “diferença” cuja geometria, paradigmas e lógica escapem aos binarismos, à dialética, aos modelos natureza/cultura de todo tipo. Do contrário, três serão sempre reduzidos a dois que logo se tornam um solitário um na vanguarda. E ninguém aprende a contar até quatro. Essas coisas têm importância política (Haraway, 2004; 206).

Para Daniele Kergoat (2010, p.94) “as relações sociais são *consubstanciais*; elas formam um no que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se co-produzem mutuamente”. Para ela aquelas teorizações feministas-marxistas dos anos 80, apesar de promissoras, não extrapolaram nem o limite dos sistemas binários nem ao foco da família (associada as classes médias e altas) como objeto de análise.

Kergoat demonstra o conceito feminista de gênero é por vezes pautado na interseccionalidade entre gênero e raça. Para ela o avanço do conceito de dupla consciência à partir dos estudos de mulheres negras, que permitiu compreender o posicionamento duplo, de proximidade e distância, das trabalhadoras domésticas negras em relação ao “poder branco” é um exemplo dessa interseccionalidade. Mas sua proposta ultrapassa a intersecção entre sistemas de explicação social. Consustancialidade é a chave para a compreensão do conceito de gênero. A consustancialidade em Kergoat realoca o gênero para aquele processo descrito por Haraway em que os binarismos, a dialética, os modelos de natureza/cultura não serão reduzidos, antes, se comporão em análises gênero/classe, mas se recomporão em gênero/classe/raça e, em algum momento, contaremos quatro gênero/classe/raça/sexualidade.

Todos os femininos apresentados, e tantos outros que não entraram na exposição, refutam aquela suposição bourdiana de cumplicidade de mulheres à dominação. O que fica claro é o uso, até mesmo pelo próprio Bourdieu, do poder e da dominação simbólica, nas mais diversas formas, como nas ciências, para o silenciamento do subalterno e manutenção dos privilegiados/privilégios.

Mas em fim, superamos as diferenças sexuais? Construimos algumas pontes para a igualdade sexual? Vivemos iminentes relações queer? A perspectiva da contemporânea da consustancialidade das relações sociais, que abarcariam subalternidades diversas, não apenas a das mulheres (se é que existe de fato uma personalidade mulher) mas também a de classe, raça e sexualidade, poria fim na dominação? Eis aí uma parte da agenda de afazeres no século XXI.

## Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. 1ª ed. - Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 11ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução Maria Helena Kühner. 11º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. *El fim de la diferencia sexual? \_ Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. Taylor & Francis e-Library, 2002.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

DELPHY, Christine. *Rethinking sex and gender*. In: LEONARD, Diana; ADKINS, Lisa (Eds) *Sex in question: French materialist feminism*. Oxon: Taylor&Fancis, 1996.

KERGOAT, Daniele. Consustancialidade das relações sociais. *Novos Estudos* (84), 2010, p.93-103.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo - Corpo e Gênero dos Gregos a Freud*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexual, sexed and sex-class identities: three ways of conceptualizing the relationship between sex and gender. In: LEONARD, Diana; ADKINS, Lisa (Eds) *Sex in question: French materialist feminism*. Oxon: Taylor & Fancis, 1996.

PRECIADO, Beatriz. *Multidões queer: notas para uma política dos "anormais"*. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(1): janeiro-abril/2011, p. 11-20

RUBIN, G. The Traffic in Women: notes on the political economy of sex. In: REITER, R. (org.) *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

WITTIG, Monique. El pensamiento heterosexual y otros ensayos. Madrid: Egales, 2006.

CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. Revista Novos Estudos, nº 54; Julho de 1999, p.43 – 53.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos pagu. N.22. 2004, p.201-246.

SCOTT, Joan. *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., p. 71-99, 1995.